

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO | ESPECIALIDADE: SUPORTE ADMINISTRATIVO

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **07**.

O senso comum **propala** que há poucos ingênuos na sociedade contemporânea. Acresce de forma provocadora que as honrosas exceções, tão merecedoras de admiração, confirmam a regra de que “todo mundo tem um preço”. A generalização, porém, é abusiva. Por quê? Porque supõe que corromper-se seja um traço congênito dos homens. Ora, se muitos prevaricam, o mesmo não pode ser dito de todos. Afinal, as condições históricas não propiciam iguais tentações a cada um de nós. De um lado, nem todas as sociedades humanas instigam seus agentes a transgredir os padrões morais com a mesma intensidade; de outro, nem todas as pessoas estão à mercê das mesmas tentações para se corromper. Nesse sentido, ao incitar ambições e ao aguçar apetites, as sociedades em que prevalecem relações mercantis abrigam mais seduções do que as sociedades não mercantis. Resumidamente: expõem mais as consciências à prova e, em consequência, contabilizam mais violações dos códigos morais.

Ademais, ainda que se aceite que todo mundo tenha um “preço”, a pressuposição só faz sentido em termos virtuais. Afinal, nem todos estão ao alcance do canto das sereias. Dizendo sem rodeio: muitos não são corrompidos porque não vale a pena suborná-los!

E isso coloca em xeque a anedota desesperançada do filósofo Diógenes, que se achava exilado em Atenas: munido de uma lanterna em plena luz do dia, procurou em vão um homem honesto. Ora, convenhamos: será que ninguém naquela cidade-estado, absolutamente ninguém, merecia crédito? Não parece lógico; é uma fábula que não deve ser levada ao pé da letra. Qual então o seu mérito? Denunciar a depravação moral que então **grassava**. De qualquer modo, ponderemos: nem todos os atenienses possuíam cacife o bastante para vender a alma ao diabo.

(Robert H. Srouer. Ética empresarial. Adaptado)

01. A palavra que pode expressar o assunto discutido pelo autor é

- (A) volatilidade.
- (B) prodigalidade.
- (C) venalidade.
- (D) improficiência.
- (E) acurácia.

02. Observando-se a relação entre o primeiro e o segundo parágrafos, é correto concluir que a progressão textual se caracteriza pelo acréscimo, no segundo parágrafo, de argumento que

- (A) relativiza a afirmação generalizante discutida no primeiro.
- (B) contradiz a tese exposta apenas parcialmente no primeiro.
- (C) reafirma a tese acerca das sociedades mercantis expressa no primeiro.
- (D) introduz uma ideia pouco compatível com as afirmações do primeiro.
- (E) rompe a sequência lógica das ideias apontadas no primeiro.

03. A afirmação do autor, segundo a qual “...se muitos prevaricam, o mesmo não pode ser dito de todos” apresenta-se como argumento para

- (A) contestar a ideia de que há poucos ingênuos nas sociedades contemporâneas.
- (B) corroborar a afirmação de que a generalização é abusiva.
- (C) confirmar a tese de que o senso comum peca por ingenuidade.
- (D) destacar a propriedade do julgamento popular acerca da corrupção.
- (E) propor a revisão de conceitos não assentados no imaginário da maioria.

04. É correto afirmar que a menção à anedota do filósofo Diógenes coloca-se no texto como argumento

- (A) baseado em fato, para ilustrar, literalmente, a ideia de que atenienses desonestos não se expunham publicamente.
- (B) de autoridade, para ilustrar, academicamente, a ideia de que a corrupção dos atenienses era dissimulada.
- (C) com base em raciocínio lógico, para demonstrar a tese segundo a qual a depravação moral não compensa.
- (D) baseado no consenso, para demonstrar a tese segundo a qual a transgressão moral não tem limites temporais.
- (E) ilustrativo, para o autor concluir, ironicamente, que nem todos os atenienses eram desonestos, por lhes faltar cacife.

05. É correto afirmar que, do ponto de vista da significação, os termos destacados “propala” (primeiro parágrafo) e “grassava” (último parágrafo)

- (A) aproximam-se, compartilhando a ideia de suposição.
- (B) aproximam-se, compartilhando a ideia de propagação.
- (C) expressam noções compatíveis, associadas à ideia de crença.
- (D) expressam noções próximas, mas incoerentes entre si.
- (E) expressam conceitos contraditórios, negando-se mutuamente.

06. Em passagem do texto, o autor faz ressalvas à ideia de que “todo mundo tem um preço”, expressando-se em linguagem conotativa. Essas passagens são:

- (A) ...muitos não são corrompidos porque não vale a pena suborná-los! /... expõem mais as consciências à prova e, em consequência, contabilizam mais violações dos códigos morais.
- (B) A generalização, porém, é abusiva. / Afinal, as condições históricas não propiciam iguais tentações a cada um de nós.
- (C) Afinal, nem todos estão ao alcance do canto das sireias. / ... nem todos os atenienses possuíam cacife o bastante para vender a alma ao diabo.
- (D) ... nem todas as sociedades humanas instigam seus agentes a transgredir os padrões morais com a mesma intensidade... / ... isso coloca em xeque a anedota desesperançada do filósofo Diógenes...
- (E) ... as sociedades em que prevalecem relações mercantis abrigam mais seduições do que as sociedades não mercantis. / ... será que ninguém naquela cidade-estado, absolutamente ninguém, merecia crédito?

07. Para responder a esta questão, considere o texto de Robert H. Srouer e a charge de Lor.



(Lor. Os desmandamentos.)

É correto afirmar que o cotejo desses textos aponta haver entre eles relações de

- (A) interdependência, pois ambos expõem objetivamente suas teses.
- (B) analogia, replicando ideias implícitas e corrigindo desvios de conteúdo.
- (C) descontinuidade, centradas na questão do poder ilimitado das corporações.
- (D) intertextualidade, abordando o aspecto temático de diferentes pontos de vista.
- (E) coesão e coerência baseadas no emprego de expressões típicas da lógica textual.

Leia o texto, para responder às questões de números 08 a 14.

Dialética erística é a arte de discutir, mais precisamente a arte de discutir de modo a vencer, e isso *per fas et per nefas* (por meios lícitos ou ilícitos). De fato, é possível ter razão objetivamente no que diz respeito à coisa mesma, e não tê-la aos olhos dos presentes e inclusive aos próprios olhos. Assim ocorre, por exemplo, quando o adversário refuta minha prova e isso é tomado como uma refutação da tese mesma, em cujo favor se poderiam aduzir outras provas. **Neste caso**, naturalmente, a situação do adversário é inversa àquela que mencionamos: ele parece ter razão, **ainda que** objetivamente não a tenha. **Por conseguinte**, são duas coisas distintas a verdade objetiva de uma proposição e sua validade na aprovação dos contendores e ouvintes. A esta última é que a dialética se refere.

Donde provém isso? Da perversidade natural do gênero humano. Se esta não existisse, se no nosso fundo fôssemos honestos, em todo debate tentaríamos fazer a verdade aparecer, sem nos preocupar com que ela estivesse conforme à opinião que sustentávamos no começo ou com a do outro; isso seria indiferente ou, em todo caso, de importância muito secundária. No entanto, é isso o que se torna o principal. Nossa vaidade congênita, especialmente suscetível em tudo o que diz respeito à capacidade intelectual, não quer aceitar

que aquilo que num primeiro momento sustentávamos como verdadeiro se mostre falso, e verdadeiro aquilo que o adversário sustentava. Portanto, cada um deveria preocupar-se unicamente em formular juízos verdadeiros. Para isso, deveria pensar primeiro e falar depois. Mas, na maioria das pessoas, à vaidade inata associa-se a verborragia e uma inata deslealdade. Falam antes de ter pensado e, quando, depois, se dão conta de que sua afirmativa era falsa e não tinham razão, pretendem que pareça como se fosse ao contrário. O interesse pela verdade, que na maior parte dos casos deveria ser o único motivo para sustentar o que foi afirmado como verdade, cede por completo o passo ao interesse da vaidade. O verdadeiro tem de parecer falso e o falso, verdadeiro.

(Arthur Schopenhauer. *Como vencer um debate sem precisar ter razão*)

08. De acordo com o texto e com foco na passagem – *Por conseguinte, são duas coisas distintas a verdade objetiva de uma proposição e sua validade na aprovação dos contendores e ouvintes.* –, é correto afirmar que **verdade** e **validade** referem-se, correta e respectivamente, a

- (A) meio e modo das afirmações.
- (B) conteúdo e forma das proposições.
- (C) intenção e anuência dos contendores.
- (D) aparência e objetividade dos argumentos.
- (E) opinião e conhecimento dos contendores.

09. Assinale a alternativa que identifica, correta e respectivamente, as relações coesivas estabelecidas entre os enunciados pelas expressões destacadas no primeiro parágrafo.

- (A) Apresentação de nova ideia; oposição; conclusão.
- (B) Reconsideração de afirmação anterior; condição; explicação.
- (C) Seleção de trecho mencionado; contestação; dedução.
- (D) Retomada de ideia anterior; concessão; consequência.
- (E) Antecipação de informação; discordância; inferência.

10. Um aspecto apontado pelo autor como obstáculo à verdade nos debates reside

- (A) na presunção própria do ser humano, que resiste a reconhecer-se equivocado.
- (B) no temor do debatedor de ter seu discurso contraditado e desmentido.
- (C) na deslealdade das pessoas que se dedicam a propagar ideias insustentáveis.
- (D) no comportamento que leva pessoas a procurar adversários esclarecidos.
- (E) na incompetência de contendores que se julgam vulneráveis a críticas.

Para responder às questões de número 11 e 12, considere a seguinte passagem do primeiro parágrafo.

De fato, é possível ter razão objetivamente no que diz respeito à **coisa mesma**, e não tê-la aos olhos dos presentes e inclusive aos próprios olhos. **Assim** ocorre, por exemplo, quando o adversário refuta minha prova e isso é tomado como uma refutação da tese mesma, em cujo favor se poderiam aduzir outras provas.

11. A alternativa que substitui as expressões destacadas preservando-lhes o sentido e com correção é:

- (A) à coisa própria / Portanto
- (B) aquela coisa / Igualmente
- (C) à semelhante coisa / Tal
- (D) a própria coisa / Logo
- (E) à própria coisa / Desse modo

12. Assinale a alternativa em que o enunciado final dessa passagem (... *em cujo favor se poderiam aduzir outras provas.*) está reescrito de acordo com a variante formal da língua e de acordo com o sentido original.

- (A) ... de quem outras provas poderiam ser acrescentadas favoravelmente.
- (B) ... com proveito dela outras provas poderiam se colocar.
- (C) ... em benefício da qual outras provas poderiam ser apresentadas.
- (D) ... para vantagem na qual outras provas se apresentariam.
- (E) ... em serventia que outras provas poderiam se colocar.

13. Na passagem – *Donde provém isso? Da perversidade natural do gênero humano. Se esta não existisse, se no nosso fundo fôssemos honestos, em todo debate tentaríamos fazer a verdade aparecer, sem nos preocupar com que ela estivesse conforme à opinião que sustentávamos no começo ou com a do outro;* isso seria indiferente ou, em todo caso, de importância muito secundária. – a construção do raciocínio, no trecho destacado, é centrada na relação

- (A) de causa e efeito, expressando-se predominantemente com o emprego de formas verbais no futuro do presente e no pretérito.
- (B) entre hipótese e conclusão, expressando-se predominantemente com o emprego de formas verbais no imperfeito e no futuro do pretérito.
- (C) de condição e modo, expressando-se predominantemente com o emprego de formas verbais no imperfeito e no presente.
- (D) entre condição e comparação, expressando-se predominantemente com o emprego de formas verbais no presente e no infinitivo.
- (E) entre suposição e resultado, expressando-se predominantemente com o emprego de formas verbais no pretérito perfeito e no futuro do pretérito.

14. Assinale a alternativa que substitui o enunciado – Donde provém isso? (2º parágrafo) – atendendo a norma-padrão de regência e conjugação do verbo, independentemente da preservação do sentido original.

- (A) Onde vou ficar, quando eu vir trabalhar aqui?
- (B) Aonde conveio estacionar durante a tempestade?
- (C) Onde vamos pôr as caixas que conterem equipamento?
- (D) Aonde se detiveram aquelas pessoas?
- (E) Aonde irei, se virem que estou escondido aqui?

Leia o texto, para responder às questões de números 15 a 18.

Mudança bem notável produz no homem a passagem do estado natural ao civil, substituindo em seu proceder a justiça ao instinto, e dando às suas ações a moralidade de que antes careciam; é só então que a voz do dever sucede ao impulso físico, e o direito, ao apetite; o homem que, até ali, só pusera em si mesmo os olhos vê-se impelido a obrar segundo outros princípios, e a consultar a razão antes que os afetos. Embora se prive nesse estado de muitas vantagens, que a natureza lhe dera, outras obtém ainda maiores; suas faculdades se exercem e se desenvolvem; suas ideias se ampliam, seus sentimentos se enobrecem, sua alma toda inteira a tal ponto se eleva que, **se os abusos desta nova condição não o degradassem muitas vezes a uma condição inferior à primeira**, deveria abençoar continuamente o instante feliz que para sempre o arrancou do estado de natureza, e fez de um animal estúpido e limitado um ser inteligente, um homem.

(Jean-Jacques Rousseau. *Do contrato social*. Adaptado)

15. É correto afirmar que o texto discorre sobre

- (A) as vantagens da vida em estado de natureza.
- (B) a tradição de renunciar a atos de civilidade.
- (C) os efeitos da aquisição do estatuto civil.
- (D) as etapas a vencer para conquistar o sucesso.
- (E) a decadência dos que renunciam ao estado natural.

16. O trecho destacado no texto expressa

- (A) a possibilidade de o homem que comete excessos rebaixar-se a um estado inferior ao estado natural.
- (B) a certeza de que o homem que extrapola seus direitos em sociedade será considerado inferior aos demais.
- (C) a dúvida acerca da aceitação do homem inferior que ultrapassar limites de convivência em sociedade.
- (D) a condição imposta ao homem que queira preservar sua nova condição sem ser rebaixado a nível inferior.
- (E) a constatação de que, ao abusar de sua nova condição, o homem terá de reassumir seu estado anterior.

17. Assinale a alternativa em que a passagem – Mudança bem notável produz no homem a passagem do estado natural ao civil, substituindo em seu proceder a justiça ao instinto, e dando às suas ações a moralidade de que antes careciam. – está reescrita com mais clareza, com coesão e coerência, segundo princípios de organização sintática e pontuação.

- (A) Mudança bem notável no homem produz a passagem do estado natural ao civil, substituindo, a justiça em seu proceder, o instinto, para dar às suas ações, antes, a moralidade de que careciam.
- (B) Bem notável mudança produz a passagem do estado natural ao civil, no homem; substitui a justiça para o instinto em seu proceder, também dando a moralidade às suas ações de que antes careciam.
- (C) No homem, mudança bem notável a passagem do estado natural ao civil produz, e substitui ao instinto, a justiça em seu proceder, além de dar, antes, a moralidade às suas ações de que careciam.
- (D) Mudança no homem bem notável produz a passagem do estado natural ao civil, em seu proceder substituindo a justiça ao instinto e dando a moralidade às suas ações de que antes careciam.
- (E) A passagem do estado natural ao civil produz, no homem, mudança bem notável; em seu proceder, a justiça substitui o instinto e dá às suas ações a moralidade de que careciam antes.

18. Assinale a alternativa em que o emprego das vírgulas segue o princípio adotado na passagem – ... é só então que a voz do dever sucede ao impulso físico, e o direito, ao apetite.

- (A) A realização de obras não foi aprovada e, consequentemente, houve protestos.
- (B) O público buscou esclarecimentos sobre a nova taxa, e foi bem atendido, felizmente.
- (C) Dispensaram a licitação e, mesmo contra a lei, contrataram a empresa.
- (D) A União repassa os recursos ao Município, e este, aos projetos sociais selecionados.
- (E) O servidor ignorou a norma e, agindo por conta própria, autorizou a despesa.

CHUVAS

NÃO SEI O QUE É PIOR,
SE AS RUAS QUE
SEMPRE ALAGAM,
OU O QUE NOSSAS
AUTORIDADES
SEMPRE ALEGAM!



(Duke. Disponível em: www.google.com – Acesso em: 01.03.2020)

O cartum tem seu efeito de sentido de humor associado

- (A) ao sentido conotativo de palavras empregadas para propor medidas que evitem enchentes.
- (B) a um trocadilho para deixar implícito conformismo com a inércia das autoridades.
- (C) a um jogo de palavras para expressar uma crítica a situações que invariavelmente ocorrem.
- (D) ao sentido conotativo de “alagar”, contrastando com o sentido denotativo de “alegar”.
- (E) a palavras cujo sentido se assemelha, pelo fato de apresentarem formas semelhantes.

20. Assinale a alternativa com redação que expressa o uso da variante linguística adequada às situações formais de comunicação escrita, atentando para clareza, adequação vocabular e concisão.

- (A) Faço saber que para que vocês atendam adequadamente o público por quem quer que seja da Seção terá novas medidas que sejam iguais para todos.
- (B) Esclarecemos aos senhores servidores desta Seção que serão adotadas medidas para padronização dos procedimentos de atendimento ao público.
- (C) Aviso meu a quem interessar possa: novas medidas que uniformizem maneiras de atender o público vão ser tomadas nessa Seção pelos servidores.
- (D) Comunicado a todo mundo da Seção: Vossas Senhorias terão medidas padronizadas nos métodos de atendimento ao público.
- (E) Para que ocorra atendimento ao público pelos encarregados dessa tarefa, vou baixar normas garantindo uniformidade.

RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Meire, Ana e Rita, não têm a mesma idade, moram em cidades distintas, sendo Santo André, São Bernardo e São Caetano, e cada uma tem um passatempo predileto, sendo correr, ler ou nadar, não necessariamente nessas ordens. Sabe-se que: Rita mora em Santo André e gosta de correr; Meire tem mais idade que Ana e que Rita; quem mora em São Bernardo é mais nova que Rita e gosta de nadar. Com essas informações, assinale a alternativa que contém uma associação correta.

- (A) Rita é a mais nova.
- (B) Ana mora em São Caetano.
- (C) Ana gosta de ler.
- (D) Quem mora em São Caetano gosta de ler.
- (E) Quem gosta de correr é a amiga mais nova.

22. Considere a seguinte afirmação: *Se Júnior é auxiliar técnico de controle externo, então ele prestou um concurso.*

Assinale a alternativa que contém uma correta negação lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Júnior é auxiliar técnico de controle externo e ele não prestou um concurso.
- (B) Se Júnior não é auxiliar técnico de controle externo, então ele não prestou um concurso.
- (C) Júnior não é auxiliar técnico de controle externo, mas ele prestou um concurso.
- (D) Se Júnior não prestou um concurso, então ele não é auxiliar técnico de controle externo.
- (E) Júnior não é auxiliar técnico de controle externo e não prestou um concurso.

23. Sabe-se que é falsa a seguinte afirmação: *Se Nice realizou as pesquisas de preço, então Nico realizou a conferência de cálculos e Joe organizou as agendas.*

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma afirmação necessariamente verdadeira.

- (A) Nico não realizou a conferência de cálculos, e Joe não organizou as agendas.
- (B) Joe não organizou as agendas, ou Nice não realizou as pesquisas de preço.
- (C) Nice não realizou as pesquisas de preço, e Nico não realizou a conferência de cálculos.
- (D) Joe organizou as agendas, e Nice realizou as pesquisas de preço.
- (E) Nice realizou as pesquisas de preço, ou Nico realizou a conferência de cálculos.

24. Se Débora não é formada em Arquitetura, ou Marcelo não é formado em Matemática, então Sérgio é engenheiro. Se Marta é advogada, então Débora não é formada em Arquitetura. Sabendo-se que Sérgio não é engenheiro, é correto afirmar que

- (A) Marta não é advogada, e Débora é formada em arquitetura.
- (B) Marta é advogada, e Débora é formada em arquitetura.
- (C) Marcelo não é formado em Matemática, e Débora é formada em arquitetura.
- (D) Débora não é formada em arquitetura, e Marcelo não é formado em Matemática.
- (E) Marta é advogada, e Marcelo não é formado em Matemática.

25. Considere a seguinte afirmação: *Hélio é casado ou Luana é solteira.*

Uma equivalência lógica para a proposição apresentada está contida na alternativa:

- (A) Se Hélio não é casado, então Luana é solteira.
- (B) Hélio e Luana são solteiros.
- (C) Se Hélio é solteiro, então Luana é casada.
- (D) Hélio e Luana são casados.
- (E) Se Hélio é casado, então Luana não é solteira.

26. A senha bancária da conta corrente de uma grande empresa é formada por cinco algarismos, e ficou estabelecido que ela fosse modificada semanalmente. Para tanto, os responsáveis pela movimentação financeira da empresa fixaram um algoritmo, que corresponde à soma dos dois últimos elementos de uma sequência numérica, com nove elementos, que seria modificada a cada semana: quando essa soma tivesse menos de cinco algarismos, ela seria completada com zero(s), no final, até atingir os cinco algarismos; se tivesse mais de cinco algarismos, seria(m) excluído(s) o(s) último(s) algarismo(s).

Em determinada semana, a sequência numérica fixada tinha os seguintes sete primeiros elementos:

1, 2, 7, 14, 31, 62 e 127

Naquela semana, a senha bancária foi

- (A) 25450.
- (B) 45210.
- (C) 98300.
- (D) 76500.
- (E) 51100.

27. Dividiu-se um prêmio de R\$ 750 mil entre duas filiais de uma empresa, de forma diretamente proporcional às vendas efetuadas por elas, no ano anterior. Para tanto, identificou-se que, no ano anterior, uma das filiais vendeu o valor de R\$ 3,6 milhões, e a outra, R\$ 5,4 milhões. Ocorre que, após uma conferência das informações, identificou-se que houve um lançamento de vendas invertido, em determinado mês, o que gerou um lançamento indevido de R\$ 0,45 milhão a mais na filial que mais vendeu. Sendo assim, a filial que mais vendeu deverá repassar, para a outra filial, o valor de

- (A) R\$ 2.250,00.
- (B) R\$ 37.500,00.
- (C) R\$ 83.250,00.
- (D) R\$ 112.500,00.
- (E) R\$ 150.000,00.

28. Uma pesquisa, realizada em um município, identificou que, para cada grupo com 3 pessoas não vacinadas contra determinada doença, havia outro grupo com 8 pessoas vacinadas contra a mesma doença. Sabendo-se que a diferença entre os números de pessoas vacinadas e não vacinadas contra a doença em questão, naquele município, é de 455 000 pessoas, é correto afirmar que o número total de pessoas, no município, é igual a

- (A) 800 000.
- (B) 950 000.
- (C) 1 001 000.
- (D) 1 250 000.
- (E) 1 400 000.

29. Uma pessoa fará um investimento de R\$ 5.000,00, em maquinário, para produzir determinado produto. Na tabela apresentada a seguir, y , em reais, representa a projeção do custo total de produção das primeiras x unidades desse produto.

x (em unidades produzidas)	y (em reais: R\$)
0	5.000,00
5	5.020,00
10	5.040,00
15	5.060,00
20	5.080,00

Sabendo-se que esse investimento será efetuado para atender à produção inicial de 2 573 unidades desse produto, o custo total dessa produção inicial será de

- (A) R\$ 10.292,00.
- (B) R\$ 15.292,00.
- (C) R\$ 35.323,00.
- (D) R\$ 55.354,20.
- (E) R\$ 65.354,20.

30. Certo capital foi aplicado em dois investimentos, sendo 55% em um investimento A, e o restante em um investimento B. A parte aplicada no investimento B teve uma rentabilidade de 20%, gerando um valor total de R\$ 10.800,00. Sabendo-se que a parte aplicada no investimento A teve uma rentabilidade de 10%, a rentabilidade total das duas aplicações foi de
- (A) R\$ 3.650,20.
 - (B) R\$ 3.489,30.
 - (C) R\$ 3.216,00.
 - (D) R\$ 2.900,00.
 - (E) R\$ 2.650,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ATENDIMENTO

31. Uma das dimensões da qualidade na prestação de serviços diz que o funcionário tem que mostrar capacidade de desempenhar o serviço prometido de modo seguro e preciso. Essa dimensão é a da
- (A) presteza.
 - (B) empatia.
 - (C) confiabilidade.
 - (D) tangibilidade.
 - (E) eficiência.
32. Em processos interpessoais nas organizações, uma das atividades mais importantes é a implementação de equipes de trabalho. A última fase desse processo se dá quando a equipe já está em um alto nível de amadurecimento, cumprindo e até excedendo as metas de desempenho. Não apenas soluciona os problemas mas também implementa as soluções e assume responsabilidade pelos resultados. O que se tem é uma equipe
- (A) de gestão.
 - (B) autogerenciada.
 - (C) de resultado.
 - (D) de solução de problema.
 - (E) multifuncional.

33. Documentos que aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda definitiva são chamados de
- (A) permanentes.
 - (B) públicos.
 - (C) correntes.
 - (D) intermediários.
 - (E) definitivos.
34. O presidente de uma determinada autarquia está produzindo uma correspondência que deverá se enviada a algumas autoridades: ao Vice-Presidente da República, ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e a um Senador. Como ele deve utilizar o vocativo, ou seja, como dirigir-se aos destinatários, respectivamente, no início do documento?
- (A) Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimo Senhor Senador.
 - (B) Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhor Senador.
 - (C) Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimo Senhor Senador.
 - (D) Senhor Vice-Presidente da República; Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhor Senador.
 - (E) Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhor Senador.

35. Conforme descrito na Constituição Federal, constitui uma das competências privativas da União legislar sobre

- (A) juntas comerciais.
- (B) custas dos serviços forenses.
- (C) desapropriação.
- (D) produção e consumo.
- (E) procedimentos em matéria processual.

36. A Constituição Federal inseriu os Municípios na organização político-administrativa do país. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) As Câmaras Municipais dos Municípios com até 30 000 (trinta mil) habitantes serão compostas por 10 (dez) Vereadores.
- (B) Os Municípios não dispõem de competência material específica.
- (C) A Câmara Municipal poderá gastar até 80% (oitenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, excluindo-se o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- (D) Os Municípios serão regidos por lei orgânica, votada em 2 (dois) turnos, com o interstício mínimo de 5 (cinco) dias, e promulgada por 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Legislativa do Estado a qual pertencam.
- (E) As leis orgânicas serão votadas e promulgadas pelas Câmaras Municipais, em dois turnos de votação, com o interstício mínimo de 10 (dez) dias, observados os princípios da Constituição Federal e da Constituição do respectivo Estado.

37. Ao vedar que da publicidade das obras públicas constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal da autoridade, a Constituição Federal consagra o respeito aos princípios da

- (A) finalidade e da eficiência.
- (B) impessoalidade e da moralidade.
- (C) legalidade e da eficácia.
- (D) moralidade e da finalidade.
- (E) eficácia e da publicidade.

38. Quanto à disciplina da Constituição Federal sobre os servidores públicos, é correto afirmar que

- (A) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será readaptado e receberá remuneração integral, até que seja reaproveitado em outro cargo.
- (B) o servidor, ao ingressar no serviço público, poderá optar pelo regime próprio da previdência, ou por outro que lhe seja mais favorável.
- (C) ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas.
- (D) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (E) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de disponibilidade, exceto se a lei estabelecer qualquer outra forma de contagem de tempo.

39. Em relação às Finanças Públicas e ao Orçamento, conforme prescreve a Carta Magna, é correto afirmar que

- (A) os orçamentos decorrem de uma lei, cujo projeto é de competência privativa do Poder Executivo.
- (B) os orçamentos públicos anuais são uma estimativa de despesas, sem eficácia jurídica.
- (C) o orçamento é uma autorização ao Poder Executivo para realizar todas as despesas previstas no plano plurianual.
- (D) é da competência da União emitir moeda exclusivamente pela Casa da Moeda ligada ao Banco do Brasil.
- (E) um Decreto Legislativo disporá sobre a emissão e o resgate de títulos da dívida pública.

40. Suponha que João foi nomeado para cargo de provimento efetivo da administração direta do Município X em virtude de concurso público e que ele se encontra há dois anos em efetivo exercício. Considere também que João foi eleito para o cargo de Prefeito do referido ente federado.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) João já pode ser considerado estável e só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (B) apesar de não ter adquirido estabilidade no serviço público, João será investido no mandato de Prefeito e, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo eletivo, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo.
- (C) investido no mandato de Prefeito, João ficará automaticamente afastado de seu cargo, e, para fins previdenciários, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- (D) apesar da estabilidade adquirida por João após os dois anos de efetivo exercício, com a assunção do mandato eletivo, ele deverá ser exonerado do cargo efetivo, garantido o direito à indenização proporcional ao tempo de serviço.
- (E) investido no mandato de Prefeito, independentemente de haver compatibilidade de horários, João será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

41. Considere que Pedro é brasileiro, tem 30 (trinta) anos de idade, possui idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos contábeis e 5 (cinco) anos de efetiva atividade profissional que exige os conhecimentos de contabilidade mencionados. Pedro deseja ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. De acordo com o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Pedro

- (A) poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, bem como terá as mesmas garantias dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) somente poderia ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União se ele tivesse mais de 50 (cinquenta) anos de idade.
- (C) não poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, pois não possui a idade mínima exigida, bem como não comprovou deter 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional que exija seus conhecimentos de contabilidade.
- (D) somente poderia ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União se ele tivesse mais de 15 (quinze) anos de exercício efetivo de função pública.
- (E) poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, bem como terá as mesmas prerrogativas e impedimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

42. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, ao Tribunal de Contas do referido município compete manifestar-se sobre os empréstimos a serem contraídos pelo Município quando for solicitado pela Câmara Municipal no prazo

- (A) máximo de 05 (cinco) dias.
- (B) máximo de 10 (dez) dias.
- (C) improrrogável de 15 (quinze) dias.
- (D) de 30 (trinta) dias.
- (E) de 60 (sessenta) dias.

43. Com base no Decreto Municipal nº 53.623/12, que trata das medidas de garantia de acesso à informação no âmbito da Administração do Município de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de acesso à informação não impõe ao gestor público o trabalho de consolidação ou tratamento de dados, tais como a elaboração de planilhas, cabendo em situações dessa natureza disponibilizar ao requerente as informações da mesma forma em que estão arquivadas ou registradas no órgão ou entidade.
- (B) O pedido de acesso à informação pode ser realizado por qualquer pessoa física ou jurídica que, domiciliada no Município de São Paulo, apresente requerimento devidamente fundamentado e que atenda às formalidades exigidas pela legislação.
- (C) O dever de transparência ativa impõe aos gestores a obrigação de divulgar as informações econômicas relativas a pessoas jurídicas privadas que celebrem contratos com a Administração, ainda que sua divulgação possa representar vantagem competitiva para outros concorrentes privados.
- (D) Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso da informação ao requerente será realizado em até 20 (vinte) dias, hipótese em que a autoridade administrativa indicará o local e horário em que o acesso poderá ser realizado.
- (E) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito, Vice-Prefeito, seus cônjuges ou companheiros e filhos serão classificadas no grau ultrassecreto e ficarão sob sigilo pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, a contar da publicação do ato que realizar a sua classificação.

44. Suponha que Laura é servidora pública do município de São Paulo, em regime de dedicação exclusiva, e que a ela foi concedida licença à gestante, em face do nascimento do seu primeiro filho, Rafael. Após um mês em casa cuidando do seu filho, Laura resolveu começar a exercer outra atividade remunerada e manteve Rafael em creche. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Paulo, é correto afirmar que Laura

- (A) agiu com indisciplina e está sujeita à pena de repreensão, que será aplicada em processo administrativo em que seja garantido o exercício da ampla defesa.
- (B) atuou descumprindo os deveres funcionais e está sujeita à pena de multa, que não poderá exceder a 1/3 (um terço) dos seus vencimentos.
- (C) agiu com má-fé e deverá ser demitida a bem do serviço público, e o ato que a demitir prescinde de menção à disposição legal em que se fundamenta.
- (D) cometeu infração média, sujeita à pena de repreensão e/ou suspensão, que prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar do conhecimento do ato ilegal.
- (E) cometeu falta grave e está sujeita à pena de suspensão, que não excederá a 120 (cento e vinte) dias e que prescreverá em 2 (dois) anos.

NOÇÕES DE AUDITORIA

45. Ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, um dos objetivos gerais do auditor é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que seja expressada sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Para obtenção desse objetivo, o auditor pode incorrer no Risco de auditoria que representa

- (A) o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- (B) o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.
- (C) a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.
- (D) o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- (E) o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de distorção a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

46. O risco de controle é uma função da eficácia do desenho (controles estabelecidos), da implementação e da manutenção do controle interno pela administração no tratamento dos riscos identificados que ameaçam o cumprimento dos objetivos da entidade, que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis da entidade. O controle interno, independentemente da qualidade da sua estrutura e operação,

- (A) deve eliminar integralmente os riscos de distorção relevantes, pois esta é sua função dentro das organizações.
- (B) elimina integralmente os riscos de distorção relevantes quando associado a práticas de *compliance*.
- (C) elimina integralmente os riscos de distorção relevantes quando associado a práticas de avaliação de risco operacional.
- (D) elimina integralmente os riscos de distorção relevantes quando associado a práticas de gestão de fraude e erros.
- (E) pode reduzir, mas não eliminar, os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, por causa das limitações inerentes ao controle interno.

47. O uso de julgamento profissional do auditor para identificar as classes de transações, os saldos contábeis e as divulgações, incluindo divulgações qualitativas, cuja distorção pode ser relevante (ou seja, em geral, distorções são consideradas relevantes se puder ser razoavelmente esperado que elas influenciem as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis como um todo), determina a aplicação do conceito de

- (A) avaliação do ambiente de controles internos.
- (B) aplicação de testes nos ambientes de controles internos.
- (C) materialidade no contexto de auditoria.
- (D) planejamento da auditoria.
- (E) execução da auditoria.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE GERAL

Os dados que seguem serão utilizados para responder às questões de números 48 a 50.

Balancete de Verificação	em R\$
Bancos	150.000,00
Bens móveis e imóveis	169.000,00
Caixa	20.000,00
Capital Social	800.000,00
Clientes	356.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	350.000,00
Depreciação acumulada	69.000,00
Despesa com depreciação	9.000,00
Despesa com IR e CSLL	104.980,00
Despesa com perda estimada de crédito (PECLD)	1.560,00
Despesa financeira	3.564,00
Despesas administrativas	190.000,00
Despesas com vendas	96.780,00
Duplicatas descontadas líquidas	200.000,00
Empréstimos	100.000,00
Estoques	234.000,00
Fornecedores	150.000,00
Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa (ativo)	3.560,00
Propriedades para investimento	500.000,00
Receita financeira	9.680,00
Receita líquida	950.000,00
Reserva de Capital	106.440,00
Reserva de Lucro	100.000,00
Terrenos	100.000,00

48. O resultado líquido do período totalizou, em R\$,

- (A) 201.796,00.
- (B) 203.796,00.
- (C) 306.776,00.
- (D) 308.776,00.
- (E) 600.000,00.

49. O ativo circulante da entidade é, em R\$,

- (A) 450.000,00.
- (B) 756.440,00.
- (C) 1.006.440,00.
- (D) 1.425.440,00.
- (E) 1.456.440,00.

50. Considerando que a entidade não tinha estoques nem dívidas com fornecedores no início do período, o pagamento de fornecedores no período totalizou, em R\$,

- (A) 150.000,00.
- (B) 234.000,00.
- (C) 350.000,00.
- (D) 434.000,00.
- (E) 584.000,00.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

51. A codificação das naturezas de receita pública aplica lógica integralmente voltada para a gestão das receitas orçamentárias. Os códigos estão estruturados de forma a proporcionar extração de informações imediatas. Há um código que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas, qual seja:

- (A) categoria econômica.
- (B) fonte.
- (C) tipo.
- (D) espécie.
- (E) identificação de peculiaridades.

52. Entre as etapas da receita orçamentária, há aquela em que o contribuinte entrega os recursos devidos ao Estado, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas. Trata-se da etapa denominada

- (A) lançamento.
- (B) recolhimento.
- (C) arrecadação.
- (D) previsão.
- (E) pagamento.

53. O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). São classificados como créditos adicionais:

- (A) os extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevistas.
- (B) os de curto prazo, utilizados para as despesas de valor fixo.
- (C) os comprobatórios, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios.
- (D) os flexíveis, em razão do fato gerador e de sua consequência para o patrimônio.
- (E) os de exercícios anteriores, não eximindo a apuração de responsabilidade pelo gestor, se for o caso.

54. Assinale a alternativa correta conforme a Estrutura Conceitual de Contabilidade aplicada ao Setor Público.

- (A) A Demonstração do Valor Adicionado aplicada ao setor público demonstra o quanto de riqueza o país gerou para sua população.
- (B) As Estatísticas de Finanças Públicas e as Demonstrações Contábeis de Propósito Geral são semelhantes e, por isso, apresentam as mesmas informações e os mesmos objetivos e finalidades.
- (C) As Demonstrações Contábeis de Propósito Geral possibilitam a prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão ao nível de entidade, incluindo as demonstrações consolidadas.
- (D) Os governos apresentam informações financeiras, tais como Estatísticas de Finanças Públicas, que têm como objetivo propiciar análises atuariais, financeiras e microeconômicas.
- (E) Tribunais de Contas são os usuários primários da informação contábil no setor público, uma vez que eles auditam e aprovam as contas.

55. Assinale a alternativa que apresenta bases para avaliação de ativos no setor público.

- (A) Custo de reposição e preço líquido de venda.
- (B) Custo de cumprimento da obrigação e custo histórico.
- (C) Custo de cumprimento da obrigação e valor justo.
- (D) Pagamento de despesas liquidadas e custo de liberação.
- (E) Pagamento de despesas liquidadas e preço líquido de venda.

56. Uma entidade do setor público adquiriu material de expediente no valor de R\$ 5.000.000,00 em janeiro de 2020.

Assinale a alternativa que representa o registro contábil patrimonial do recebimento desse material em seu almoxarifado.

- (A) D: Estoques 5.000.000,00
C: Fornecedores a pagar 5.000.000,00
- (B) D: Imobilizado 5.000.000,00
C: Fornecedores a Pagar 5.000.000,00
- (C) D: Despesa Empenhada Liquidada 5.000.000,00
C: Despesa Empenhada a Liquidar 5.000.000,00
- (D) D: Despesa Empenhada Paga 5.000.000,00
C: Despesa Empenhada Liquidada 5.000.000,00
- (E) D: DDR Controle de Recurso 5.000.000,00
C: DDR Controle de Recurso Processado 5.000.000,00

57. Segundo estabelece a Constituição Federal, o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar

- (A) será submetido à Câmara Municipal, a quem cabe, por maioria simples, decidir sobre o seu acolhimento.
- (B) é definitivo, não podendo ser afastado por decisão contrária da Câmara Municipal que venha a aprovar as contas apresentadas pelo Poder Executivo.
- (C) só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.
- (D) tem caráter meramente opinativo e apenas prevalecerá após expressa aprovação da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal.
- (E) será submetido à Câmara Municipal a quem cabe em caráter exclusivo proferir parecer definitivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

58. Segundo a Declaração de Lima sobre Diretrizes para Preceitos de Auditoria, é correto afirmar que

- (A) a auditoria é um fim em si e também um elemento indispensável de um sistema regulatório cujo objetivo é revelar desvios das normas.
- (B) os serviços de auditoria interna são necessariamente subordinados à entidade superior de auditoria externa.
- (C) as Entidades Fiscalizadoras Superiores só podem desempenhar suas tarefas objetiva e efetivamente quando são dependentes da entidade auditada e abertas às influências externas.
- (D) o controle prévio realizado por uma Entidade Fiscalizadora Superior tem a desvantagem de gerar um volume excessivo de trabalho e confundir as responsabilidades previstas no direito público.
- (E) a legislação de cada país deve assegurar que cada Entidade Fiscalizadora Superior aja em estrita conformidade com as determinações do Legislativo, sem capacidade própria de iniciativa.

59. Segundo o Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), controle interno é

- (A) um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.
- (B) um conjunto de fatores internos que contribuem para a eficácia da gestão da organização, quanto à elevação da probabilidade de atingimento dos seus objetivos intrínsecos e extrínsecos.
- (C) um sistema complexo de regras, recursos e fatores dinâmicos nas organizações, conduzido pela administração da entidade e desenvolvido para proporcionar segurança absoluta quanto à conformidade dos processos a padrões previamente estabelecidos.
- (D) uma técnica estatística que visa estabelecer, por meio de amostras, a convergência do nível de produto da organização aos critérios de qualidade previamente estabelecidos, contribuindo com a satisfação do cliente, no setor privado ou no público.
- (E) um conjunto de instrumentos por meio do qual a administração de uma entidade fiscaliza, acompanha e monitora indicadores de produção e qualidade, de forma a permitir rápida correção de rumos em caso de distanciamento entre a realidade e o planejamento.

60. Segundo a Lei Municipal nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980,

- (A) o Tribunal de Contas do Município de São Paulo constitui-se de 7 (sete) membros, com o título de Conselheiros.
- (B) o órgão máximo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo é a Secretaria Executiva.
- (C) os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo serão nomeados pela Câmara Municipal, dentre brasileiros natos, maiores de 30 (trinta) anos.
- (D) ocorrendo vaga de cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a Câmara, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da vacância, nomeará substituto.
- (E) a competência do Tribunal de Contas se estende também à fiscalização financeira das entidades com personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença exclusiva ou majoritariamente ao Município.

REDAÇÃO

TEXTO 1

Segundo Nair de Souza Motta, a palavra “ética” pode ser definida como “um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, assim, o bem-estar social”. Ou seja, ética é a forma como o homem deve se comportar no seu meio social. Ser ético é agir dentro dos padrões convencionais da sociedade – como ser honesto, responsável, respeitar as leis e as normas. Ser ético é proceder bem, é não prejudicar o próximo.

(Thadeu Brenny Filho. “A moral, a ética e os conselhos de medicina”, <https://www.crmpr.org.br/>. Adaptado)

TEXTO 2

Seis em cada dez servidores públicos federais afirmam já ter observado um colega de trabalho agir de forma antiética. Os dados são da pesquisa censitária sobre ética e corrupção no serviço público federal, divulgada em 2021. Relatos mais frequentes são de casos em que alguém se valeu do cargo público para obter vantagens para amigos ou parentes ou deixou de cumprir leis, normas ou regras. A maioria dos entrevistados afirmou conhecer os programas de denúncia que suas organizações mantêm para tentar inibir práticas antiéticas, contudo mais da metade do total de respondentes disse não se sentir segura para denunciar.

(Alex Rodrigues. “Seis em cada dez servidores já presenciaram atos antiéticos”. <https://agenciabrasil.ebc.com.br>, 11.11.2021. Adaptado)

TEXTO 3

Mais de 90% das pessoas em geral não reportariam condutas antiéticas no ambiente profissional. Esse foi um dos resultados revelados em uma pesquisa realizada pelo CPDEC – Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Educação Continuada, em parceria com o NEIT – Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia da Unicamp, feita em 2015.

De acordo com o estudo, atitudes antiéticas não são reportadas porque as pessoas temem a retaliação por parte de colegas ou gestores (97%) e/ou acreditam que nenhuma ação corretiva será tomada (94%). Além dessas razões, o receio de que a confidencialidade não seja mantida é apontado por 92% dos respondentes, ainda que a empresa tenha ferramentas para que os funcionários comuniquem certas situações de forma anônima (o estudo mostrou que 66% das empresas disponibilizam tais mecanismos). Segundo especialistas, os dados evidenciam que apenas criar ferramentas desse gênero não é suficiente, porque, na prática, é preciso mais credibilidade nesse processo.

(CPDEC. “Maioria dos funcionários não reporta atitudes antiéticas, mostra pesquisa do CPDEC”. <http://cpdec.com.br>, 13.04.2015. Adaptado)

TEXTO 4

Até décadas passadas, o comportamento antiético de gestores e de funcionários que utilizavam os serviços da empresa em benefício próprio era aceito sem maiores questionamentos. Utilizar veículo, combustível e motorista do serviço público para realizar tarefas particulares – como levar crianças a escolas – era tolerado porque era visto pela maioria das pessoas como parte das vantagens do cargo. Quem falasse alguma coisa, provavelmente, colocaria um ponto final nas próprias aspirações profissionais, pois passaria a ser visto como não confiável, um delator.

Atualmente, esse cenário está mudando. Hoje, as empresas já dispõem de código de ética e criaram sistemas que permitem denúncias anônimas. Entretanto, o que ainda falta, por parte dos funcionários, é exercício do dever de utilizar os canais de denúncia. Para se garantir o sucesso da instituição, é preciso despertar a consciência para o importante papel de cada empregado na defesa dos interesses da empresa. Essa consciência será a alavanca que dará a coragem necessária para se fazer denúncias contra atitudes antiéticas – como mentiras, fofocas, pequenos furtos, assédio moral –, as quais geram prejuízos financeiros e organizacionais às empresas e às pessoas.

(Maria Cristina G. de Souza. “Ética no ambiente de trabalho”. São Paulo: Elsevier, 2009. p. 21-23. Adaptado)

TEXTO 5

Em questionário respondido por funcionários da editora Abril, em uma pesquisa sobre a ética aplicada aos negócios, eles apontaram que “A base para o sucesso de qualquer negócio é a confiança no bom trabalho realizado. A postura ética e o tratamento imparcial são fundamentais para que se mantenha essa confiança, e a perda dessa pode representar o fim da instituição”. Praticar um comportamento ético, portanto, significa sabedoria preventiva de se antecipar consequências danosas aos negócios, como a perda da imagem positiva da empresa para a sociedade.

(Hugo D. Godinho, Gustavo F. Cambaúva, Alessandra P. Mak. “A Ética aplicada para o sucesso nos Negócios”. <http://sistema.semead.com.br>. 2006. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

ATO ANTIÉTICO DE UM COLEGA DE TRABALHO: ENTRE A NECESSIDADE DE DENUNCIAR E OS MEDOS DO DENUNCIANTE.

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

